

FATO GERADOR

- = **Entrada** de produtos estrangeiros no território nacional
- Para fins de cálculo, considera-se a **data** do **registro da declaração**.
(= elemento temporal)

ALÍQUOTAS

- Podem ser { específicas ou *ad valorem*
- São fixadas na **TEC**.
(Tarifa Externa Comum)
- O II é um imposto **extrafiscal**, suas alíquotas podem ser alteradas sem necessidade de lei.

CONTRIBUINTE

- Importador ou **equiparado**
 - Destinatário de remessa internacional postal
 - Adquirente de mercadoria entrepostada.
- Arrematante


BASE DE CÁLCULO

- Se alíquota específica → B.C. = Unidade de medida adotada pela lei
- Se alíquota *ad valorem* → B.C. = Preço normal = valor aduaneiro (venda em livre concorrência)
- Produto apreendido ou abandonado em leilão
B.C. = Preço da arrematação

LANÇAMENTO

= por homologação

IGF NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

- = Imposto sobre grandes fortunas
- Previsto pela CF/88 → **não** foi implementado pela União
(lembre-se: a competência tributária é facultativa!)
- Deve ser instituído por **lei complementar**
 **CAI MUITO!**
- Sujeita-se aos princípios da **anterioridade anual** e **nonagesimal**.

impostos da união
IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO

FATO GERADOR

- **= Saída** do território nacional de produtos
 - nacionais (produzidos no país)
 - nacionalizados
 - produtos estrangeiros importados a título definitivo para o país e submetidos ao desembaraço aduaneiro.
- Para fins de cálculo, considera-se a **data do registro** do registro de exportação no Siscomex(**=** elemento temporal)
 - Foi substituído pela DU-E (declaração única de exportação)

ALÍQUOTAS

- Podem ser { específicas ou *ad valorem*
 - É um imposto **extrafiscal**, suas alíquotas podem ser alteradas pelo **poder executivo** sem necessidade de lei (não se aplica à base de cálculo)
 - Em regra = **30%** (**executivo** pode aumentar ou reduzir)
- Limite = 150%

IMPOSTOS DA UNIÃO

IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO

LANÇAMENTO

= por homologação

BASE DE CÁLCULO

- Se alíquota específica → B.C. **=** Unidade de medida adotada pela lei
- Se alíquota *ad valorem* → B.C. **=** Preço normal (venda em livre concorrência)

CONTRIBUINTE

- Exportador ou equiparado
 - Qualquer pessoa que promova saída de mercadorias do território aduaneiro

ASPECTOS GERAIS

- Imposto com finalidade **fiscal**. (para arrecadar)


PRINCÍPIOS

- **Generalidade** → a atribuição alcança todas as pessoas.
- **Universalidade** → a atribuição alcança todas as espécies de **rendimentos**.
- **Progressividade** → tributar com alíquotas maiores rendimentos mais elevados. (progressiva)

BASE DE CÁLCULO

- É o montante $\left\{ \begin{array}{l} \text{real} \\ \text{arbitrado} \\ \text{presumido} \end{array} \right\}$ da $\left\{ \begin{array}{l} \text{renda ou} \\ \text{proventos} \end{array} \right\}$ tributáveis (pessoa jurídica)
- Rendimentos auferidos pela pessoa física

ALÍQUOTAS

- Podem ser **reduzidas** ou **majoradas** por lei.
- É **exceção** ao princípio da **anterioridade nonagesimal** (anual, não!)  **PEGADINHA!**

LANÇAMENTO

- = por homologação

FATO GERADOR

- Aquisição da disponibilidade $\left\{ \begin{array}{l} \text{jurídica ou} \\ \text{econômica} \end{array} \right\}$ de:
 1. Renda (produto do **capital**, do **trabalho** ou **ambos**)
 2. Proventos de qualquer natureza (acréscimos patrimoniais não compreendidos em 1)

DISPONIBILIDADE JURÍDICA:

Direito a um crédito (não sujeito a condição)

DISPONIBILIDADE ECONÔMICA:

Obtenção de dinheiro em espécie ou bens nele conversíveis

impostos da união
= IMPOSTO DE =
RENDA

CONTRIBUINTE

- = **Titular** da disponibilidade $\left\{ \begin{array}{l} \text{jurídica ou} \\ \text{econômica} \end{array} \right\}$
 - A lei pode atribuir essa condição ao **possuidor** (a qualquer título) dos bens produtores de renda ou proventos.
- A lei pode atribuir à **fonte pagadora** a condição de **responsável** pelo imposto cuja **retenção** e **recolhimento** lhe caibam

ASPECTOS GERAIS

P.I.s

= Imposto sobre produtos industrializados

REGRAMENTOS CONSTITUCIONAIS

1. Será seletivo
(função da essencialidade do produto)
2. Será não-cumulativo
(STF: não há crédito se a entrada dos insumos for desonerada)
3. Não incidirá sobre produtos destinados ao exterior.
4. Terá reduzido impacto sobre a aquisição de bens de capital.
(Na forma da lei → não é autoaplicável)

SÚMULA STJ 495: a aquisição de bens do ativo permanente de empresa não gera direito a creditamento de IPI.

- STF: é legítima a incidência do IPI na importação de automóveis por pessoa física para uso próprio

CONTRIBUINTES

1. Importador (ou equiparado)
2. Industrial (ou equiparado)
3. Comerciante de produtos sujeitos ao imposto que forneça a 1 e 2.
4. Arrematante.

impostos
da união
= I.P.I. =

FATO GERADOR E BASE DE CÁLCULO

1. Desembaraço aduaneiro de P.I.s
B.C. = Preço normal (Base de cálculo do I.I.)
+ Imposto de importação
+ Taxas exigidas na entrada
+ Encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador/dele exigíveis.
2. Saída de P.I.s do estabelecimento industrial (ou equiparado)
B.C. = Valor de operação
(Na falta, preço correte da mercadoria ou similar no mercado atacadista da praça do remente)
3. Arrematação de P.I. apreendido ou abandonado em leilão
B.C. = Preço da arrematação
 - STF: é legítima a incidência do IPI na revenda de mercadoria importada. (Saída do estabelecimento importador)

LANÇAMENTO

= por homologação

ALÍQUOTAS

- Podem ser reduzidas ou majoradas pelo poder executivo (nos limites e condições legais)
- É exceção ao princípio da anterioridade anual. (nonagesimal, não!)

ASPECTOS GERAIS

- = Imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros ou relativas a títulos ou valores mobiliários.
- É eminentemente **extrafiscal**.

OURO IMPORTANTE!

- O IOF incide sobre ouro quando definido em lei como:
 - Ativo financeiro ou
 - Instrumento cambial
- É devido na operação de **origem**.
- Alíquota mínima = **1%**

CONTRIBUENTES

= Qualquer das **partes** na operação tributada, como dispuser a lei.

FATO GERADOR

Quanto a:

- Operações de **crédito**: entrega do montante ou sua colocação à disposição do interessado
- Operações de **câmbio**: entrega da moeda ou sua colocação do disposição do interessado
- Operações de **seguros**: emissão da apólice ou recebimento do prêmio.
- Operações relativas a **títulos** ou **valores mobiliários**: emissão, transmissão, pagamento ou resgate.

STF: é **inconstitucional** a incidência de IOF sobre saques efetuados em caderneta de **poupança**.

BASE DE CÁLCULO

Quanto a:

- Operações de **crédito**: montante da obrigação (principal + juros)
- Operações de **câmbio**: montante da moeda nacional (entregue, recebido...)
- Operações de **seguros**: montante do prêmio.
- Operações relativas a **títulos** ou **valores mobiliários**:
 - Emissão: valor nominal + ágil
 - Transmissão: preço/valor nominal ou cotação em bolsa
 - Pagamento ou resgate: preço

ALÍQUOTAS

- Podem ser **reduzidas** ou **majoradas** pelo **poder executivo**. (Limites e condições legais)
- É **exceção** aos princípios da **anterioridade nonagesimal e anual**.

LANÇAMENTO

- = por homologação

impostos da união
= IOF =

ASPECTOS GERAIS

- = Imposto sobre propriedade territorial rural.
- Finalidade **extrafiscal**: estimula a **produtividade** das propriedades rurais
- progressividade das alíquotas (EC 42/03)
- Não** incidirá ITR sobre as **pequenas glebas** rurais (conceito em lei) quando as explore o proprietário que **não possua outro** imóvel

IMPORTANTE: DECORE!

O ITR pode ser **fiscalizado** e **cobrado** pelos **municípios** que assim optarem.

(Desde que não implique redução de imposto ou qualquer outra forma de renúncia fiscal)

- Município que **opte**:
 - Recebem **100%** da arrecadação
- Município que **não opte**:
 - Recebem **50%** da arrecadação

FATO GERADOR

- =
 - Propriedade
 - Domínio útil
 - Posse
 de **imóvel** por natureza localizado **fora** da zona **urbana** do município

- O ITR pode incidir sobre imóveis na zona **urbana** do município **desde que** seja

utilizado em exploração

- Vegetal
- Agrícola
- Pecuária
- Agroindustrial

ZONA URBANA: DECORE!

Tem **pelo menos 2** dos melhoramentos:

- Meio-fio ou calçamento (Com canalização de águas pluviais)
- Abastecimento de água
- Sistema de esgotos
- Rede de iluminação pública (Com ou sem posteamento para iluminação domiciliar)
- Posto de saúde ou escola primária } a uma distância máxima de **3Km** do imóvel utilizado

BASE DE CÁLCULO

- = Valor fundiário (Valor da terra nua)
- As benfeitorias não entram na base de cálculo do ITR

ALÍQUOTAS

- Sujeitam-se aos princípios da **anterioridade anual** e **nonagesimal**. (apesar de extrafiscal)
- São **progressivas**, segundo o grau de **utilização** da área

CONTRIBUINTE

- =
 - Proprietário
 - Titular do domínio útil
 - Possuidor a qualquer título
 do imóvel

STJ: se o imóvel é **invadido**, há perda de domínio e dos direitos de propriedade não se cobra ITR

LANÇAMENTO

- = por homologação

impostos da união
= ITR =